

Conselho de Justiça Ambiental
Reunião nº 1
Quinta-feira, 28 de julho de 2022
9h30 às 11h30
Ata da reunião

Local da reunião: Webinar pelo Zoom

Documentos da reunião: Pauta, slides de apresentação

Membros presentes do Conselho:

- Peter Maathey
- Namrita Kapur
- Madeline Cook
- Lydia Lowe
- Marcos Luna
- Caroline Hon
- Ari Zorn
- Melissa Ferretti
- Patricia “Pat” Spence

Nenhum membro do Conselho esteve ausente nesta reunião.

Equipe do EOOEA presente

- Secretária Bethany Card
- Rishi Reddi, Diretora de Justiça Ambiental
- Vallery Cardoso, Vice-diretora de Justiça Ambiental

Pauta:

1. Boas-vindas da Secretária Card
2. Convocação e visão geral da logística de reuniões
3. Apresentação dos membros do Conselho de Justiça Ambiental
4. Juramento dos membros do Conselho
5. Visão geral/discussão das responsabilidades estatutárias do Conselho de Justiça Ambiental
6. Apresentação e discussão do processo proposto para cumprir as responsabilidades estatutárias
7. Revisão da definição de "População de Justiça Ambiental" em Massachusetts
8. Próximas etapas e encerramento

A reunião começou às 9h44; o início foi adiado devido a dificuldades com os canais de interpretação para vietnamita e crioulo haitiano, que pareciam ter sido resolvidas no início da reunião, mas posteriormente foi averiguado que pode não ter sido assim. Canais de interpretação foram disponibilizados com sucesso para espanhol, português, crioulo cabo-verdiano e mandarim.

Boas-vindas:

A Diretora e apresentadora de Justiça Ambiental (“EJ”) do EOEEA, Rishi Reddi, forneceu instruções ao público sobre os canais de idiomas disponíveis na plataforma Zoom. Ela anunciou os membros do Conselho de Justiça Ambiental (“Conselho”) e apresentou a Secretária do EOEEA, Bethany A. Card.

A Secretária Bethany A. Card deu as boas-vindas aos membros do Conselho. Ela afirmou que o Conselho é obrigado a servir de acordo com o Capítulo 8 das Leis de 2021 “Uma Lei que cria um roteiro de próxima geração para a Política Climática de Massachusetts”. Ela falou ainda sobre o papel do Conselho de fazer recomendações ao EOEEA e seus departamentos ao ajudar a desenvolver estratégias para combater as mudanças climáticas, realizar uma análise abrangente da definição de Justiça Ambiental, aumentar a visibilidade das questões de EJ e ampliar a assessoria e as recomendações à administração. A Secretária Card mencionou algumas das iniciativas empreendidas pela administração, incluindo a Força-tarefa de Justiça Ambiental. Ela reafirmou a importância do trabalho que será feito pelo Conselho e agradeceu o serviço prestado.

Convocação e visão geral da logística de reuniões:

Rishi Reddi forneceu instruções ao público sobre como utilizar a plataforma Zoom. Ela mencionou que os serviços de interpretação foram fornecidos em vários idiomas para promover a inclusão e a participação do público e que o Conselho funciona sob a Lei de Reuniões Abertas. Ela revisou os detalhes da reunião e informou ao público que os slides traduzidos da apresentação estariam disponíveis no site do Conselho para download em um prazo razoável.

Apresentação dos membros do Conselho:

- **Madeline Fraser Cook** – Vice-presidente da Local Initiatives Support Corporation.
- **Melissa Harding-Ferretti** – Presidente e Diretora da Herring Pond Wampanoag Tribe. Ela também foi eleita no Conselho de Seleccionados da cidade de Bourne.
- **Caroline Hon** – Diretora de Estratégia e Planejamento de Redes de Gás de Massachusetts na Rede Nacional.
- **Namrita Kapur** – Filantropa e professora universitária na Yale School of Management.
- **Lydia Lowe** - Diretora executiva da Chinatown Community Land Trust em Boston.
- **Marcos Luna** – Professor de Geografia e Sustentabilidade na Salem State University.
- **Peter Maathey** – Líder de Integração de Inovação na Pacific Life e membro do Conselho do Whittier Street Health Center.

- **Patricia Spence** – Presidente do Urban Farming Institute.
- **Ari Zorn** – Ativista ambiental e empresário de cannabis, membro do conselho da Equipe de Ação Ambiental da Berkshire (BEAT) e fundador do Friends of Smiley's Pond.

Juramento dos membros do Conselho:

Sean Pierce conduziu o juramento dos membros do Conselho.

Visão geral/discussão das responsabilidades estatutárias do Conselho de Justiça Ambiental:

Rishi Reddi explicou que o Conselho foi criado pela legislação com a finalidade de fornecer recomendações ao EOEAA para garantir que os Princípios de Justiça Ambiental sejam cumpridos. Ela leu a definição dos Princípios de Justiça Ambiental de acordo com o estatuto. Ela também afirmou a importância de uma participação pública significativa que influenciaria as decisões do governo. Ela destacou algumas das principais iniciativas do EOEAA (MEPA, CECP, Avaliação de Impacto Cumulativo) e indicou que a Estratégia de Justiça Ambiental para todo o EEA estará disponível para comentários públicos em breve. Ela também leu as responsabilidades específicas do Conselho.

Os membros do Conselho levantaram questões sobre a definição atual de População de Justiça Ambiental e discutiram algumas das complexidades que podem estar presentes na definição de População de Justiça Ambiental. O Conselho discutiu qual fórmula considerar para definir População de Justiça Ambiental.

Namrita Kapur fez uma pergunta sobre as questões que surgem nesse ponto para avaliar a definição de Justiça Ambiental. Por exemplo, na cidade de Lexington há uma comunidade de Justiça Ambiental, mas o Senador Barrett em Lexington disse que não parece ser uma. Rishi respondeu que gostaria de falar mais sobre esse assunto.

Lydia Lowe perguntou por que a renda média de um município (o quarto critério na definição de Justiça Ambiental) é importante. Lydia também mencionou o critério “as minorias compreendem 40% ou mais da população”, e afirmou que muitas comunidades estão se dispersando. Rishi respondeu que este comentário está relacionado à pergunta de Namrita em termos de equilíbrio entre renda e população minoritária de um bairro. Na antiga definição de Justiça Ambiental, havia apenas os três primeiros critérios.

Marcos Luna levantou a preocupação de que a renda da área leste pode não ser similar à da área oeste do estado. Além disso, há grandes variações de renda em áreas menores. Então, como pode-se criar critérios consistentes para variações nas comunidades?

Lydia Lowe mencionou que a fórmula deve ter dados demográficos mais inclusivos e uma análise histórica, considerando que parte da definição envolva a medida em que uma comunidade enfrentou historicamente a justiça ambiental.

Rishi Reddi disse que é necessário considerar quão dinâmicas são as populações de Massachusetts. Quão precisa será essa definição em um determinado ano?

Ari Zorn mencionou barreiras linguísticas e outras questões ambientais, como crianças que não podem acessar o rio durante as ondas de calor, pessoas que vivem em áreas contaminadas e acesso a moradia.

Rishi falou sobre o ponto anterior de Lydia de que é preciso olhar para o ponto histórico no contexto de impactos cumulativos, que é como se analisará as questões de permissão e outras questões futuras das agências do EOEEA.

Caroline Hon perguntou se é melhor ser amplo de uma forma mais inclusiva na definição ou começar de forma menor e adicionar itens à medida que o Conselho progride em sua análise.

Rishi Reddi ressaltou ao Conselho que o estatuto exige que uma análise abrangente seja realizada a cada 5 anos. Ela também mencionou a autoridade da Secretária para remover Grupos de blocos ou subpartes de Grupos de blocos da identificação de bairros de Justiça Ambiental e que ela também pode identificar grupos de sub-blocos como bairros de Justiça Ambiental mediante a petição dos moradores destes locais.

Madeline Fraser Cook fez comentários sobre a importância de ter um processo claro para o envolvimento inclusivo da comunidade e a contribuição desta, além de entender o que significa o envolvimento e ser aberto com a comunidade sobre esse processo. Madeline afirmou a relevância da forma como uma comunidade se vê e de seus membros se sentirem refletidos na definição. Há uma necessidade de equilíbrio qualitativo e quantitativo.

Vallery Cardoso leu uma pergunta digitada na caixa de perguntas e respostas do Zoom de um membro do público. Foi perguntado quem criou a definição de Justiça Ambiental. O membro do público também comentou que palavras como “falta” parecem ser destinadas às pessoas brancas.

Marcos Luna respondeu que a política de Justiça Ambiental existe há 20 anos. Ele forneceu uma visão geral do histórico da definição e afirmou que a definição original é demográfica, com base no status de minoria, renda e proficiência limitada em inglês.

Discussão do processo proposto para cumprir as responsabilidades estatutárias:

Rishi afirmou que o prazo para concluir a análise abrangente é o final do ano e citou várias decisões logísticas que precisavam ser tomadas em relação ao tempo, tipo, frequência, local das reuniões e serviços linguísticos disponíveis. Os membros do Conselho concordaram com a pauta proposta, mas o membro, Marcos Luna, levantou preocupações de que o cronograma é audacioso e pode ser necessário mais tempo para possibilitar contribuições e discussões públicas sólidas.

Melissa Harding-Ferretti também afirmou que seria necessário mais tempo.

Madeline Fraser Cook e Ari Zorn concordaram com os comentários de Marcos Luna. Patricia Spence expressou a preferência por reuniões híbridas para que os membros do Conselho se conhecessem pessoalmente.

Caroline Hon também concordou com a realização de reuniões híbridas.

Peter Maathey concordou com a pauta.

Lydia Lowe comentou que o cronograma precisa permitir a participação da comunidade e concordou com reuniões híbridas e horários alternativos de reuniões.

Madeline Fraser Cook acrescentou que o cronograma pode não ser ideal e que pode precisar ser revisado e sugeriu prazos alternativos para levar em consideração os horários das pessoas.

Rishi perguntou ao Conselho se as reuniões deveriam ser gravadas. Lydia Lowe manifestou a preferência por reuniões gravadas, já que são públicas. Ari Zorn expressou o mesmo. Vallery Cardoso disse que os comentários do público na caixa de perguntas e respostas indicaram a preferência pela gravação de reuniões.

Rishi Reddi perguntou ao Conselho sobre a viabilidade do prazo de meados de setembro. Peter Maathey propôs começar com uma reunião duas vezes por mês e talvez depois reduzir para acomodar o prazo das reuniões. Melissa Harding Ferretti concordou.

Madeline Fraser Cook propôs reduzir a duração de uma das duas reuniões mensais.

Patricia Spence concordou que uma reunião poderia ser mais curta.

Lydia Lowe mencionou que duas reuniões por mês podem ser demais, considerando a quantidade de trabalho que precisará ser feita antes das reuniões.

Por meio do canal de perguntas e respostas, os participantes do público sugeriram viabilizar uma linha telefônica, pois alguns moradores podem não ter Internet de banda larga e adicionar legenda oculta e interpretação de Língua de sinais americana (ASL). O público também comentou que o transporte e o horário das reuniões devem ser considerados e que os modos híbrido e remoto seriam mais acessíveis para a ASL.

Rishi Reddi mencionou que o formulário de opinião do público estará disponível em breve no site do Conselho e sugeriu usá-lo para fornecer mais informações.

Perguntas/comentários adicionais foram feitos pelo público (alguns foram feitos diretamente pelos participantes, enquanto outros foram digitados na caixa de perguntas e respostas e lidos por Vallery Cardoso). Essas perguntas/comentários foram:

- As reuniões virtuais futuras deverão incluir uma linha telefônica, intérpretes de ASL e legendas ocultas.
- O idioma suaíli poderá ser adicionado, conforme solicitado, quando a audiência pública afetar essa população. O Conselho Regional de Planejamento Central de Massachusetts (CMRPC) faz isso em áreas com uma concentração regional de idiomas e está realizando programas regionais.
- Patricia Rocker comentou sobre uma preocupação com a representação da comunidade indígena. Ela afirmou que precisamos reconhecer que há um grande número de comunidades indígenas. Também disse que o estado precisa de uma melhor representação indígena. Não se deve focar apenas em tribos reconhecidas pelo governo federal. Várias comunidades indígenas podem se separar por vários motivos, e essa estrutura histórica de dispersão de comunidades indígenas ocorreu em Massachusetts. Ela afirmou ainda que alguns grupos indígenas não se sentem bem representados pela Comissão de Questões Indígenas de Massachusetts.
- As comunidades de cor são desproporcionalmente afetadas pela poluição ambiental além da desigualdade de renda.
- A habilidade de as comunidades revisarem a definição é essencial.
- Se optarem por reuniões presenciais, considerem as pessoas com deficiências.
- Considerem reunir-se em todo o estado para que as comunidades rurais tenham acesso.
- Participante do público, Alana Feaster: Se os membros da comunidade quiserem entregar documentos ao Conselho, como isso seria feito? Rishi respondeu que os documentos poderão ser enviados pelo formulário da página do Conselho de Justiça Ambiental, que estará disponível em breve.

Itens de ação:

1. O Conselho precisará considerar a participação do público e sua influência na política e na tomada de decisões.

2. O Conselho precisará considerar a definição de População de Justiça Ambiental em relação aos Princípios de EJ.
3. A Estratégia de Justiça Ambiental para todo o EEA que será disponibilizada para comentários públicos em breve.
4. O Conselho deverá deliberar sobre a realização de reuniões em comunidades geograficamente diversas em todo o estado na próxima reunião.
5. O Conselho deverá deliberar sobre os modos híbrido e remoto, local e horário das reuniões na próxima reunião. O Conselho também discutirá o serviço de idiomas, ASL e disponibilidade de legendas ocultas.
6. O EOEEA carregará a ata das reunião do Conselho no site, incluindo a tradução.

Encerramento:

A reunião foi encerrada às 11h30. Não foi definida uma data exata para a próxima reunião. Vallery Cardoso enviará uma enquete de grupo de agendamento do Doodle ao Conselho para programar a próxima reunião.

Resumo das perguntas enviadas pela seção de perguntas e respostas no Zoom:

Q1. Esta reunião será gravada?

- A. Esta reunião não foi gravada, mas as futuras reuniões do EJC serão gravadas.

Q2. Considere fornecer ASL e legendas ocultas.

- A. Todas as reuniões futuras incluirão interpretação em Língua de sinais americana (ASL). A plataforma Zoom inclui legendas ocultas. Na parte inferior da tela, selecione o botão “Transcrição ao vivo” e, em seguida, selecione “Mostrar legenda”.

Q3. Se uma solicitação específica para um idioma adicional fosse feita, o Conselho consideraria adicioná-lo? Por exemplo, se houver uma preocupação específica com Justiça Ambiental em uma comunidade que fala suaíli, uma língua predominante na área de Worcester/Central de Massachusetts. No CMRPC estamos traduzindo materiais para nosso plano regional em suaíli. Entendo o desafio dos recursos limitados.

- A. Sim, conforme os recursos permitirem e de forma consistente com nossa política de acesso a idiomas, aceitaremos solicitações de interpretação e tradução em idiomas adicionais até 48 horas antes do início da reunião. Tentaremos atender às solicitações que chegarem em menos de 48 horas antes do início da reunião.

Q4. Se decidirem realizar reuniões presenciais, considerem que reuniões remotas e/ou híbridas podem ser mais acessíveis para pessoas com deficiências. Para o modo presencial, considere os serviços de ASL e CART, opções de transporte, horários, etc.

- A. Estamos contratando um consultor para auxiliar na logística de reuniões híbridas. Prevemos que as reuniões híbridas do Conselho de Justiça Ambiental começarão no final de outubro. Essas considerações serão discutidas com o consultor assim que for contratado.

Q5. Se a reunião for presencial, vocês poderiam alterá-la no estado para que possamos alcançar comunidades geograficamente diversas de Justiça Ambiental? Certifiquem-se de se conectar com as comunidades rurais. A falta de Internet de banda larga pode ser um desafio para as comunidades rurais.

- A. As reuniões híbridas serão realizadas em diferentes locais do estado, com diferentes opções de participação virtual e por telefone. Estamos contratando um consultor para lidar com a logística de reuniões híbridas para assegurar que sejam o mais acessíveis possível, levando em consideração áreas geograficamente diversas do estado.

Q6. Tenho várias perguntas relacionadas a comentários/opinião do público: os comentários enviados pelo chat/perguntas e respostas serão compilados e incluídos na ata da reunião? Seria possível tornar pública as perguntas dos participantes em vez de apenas estarem visíveis pelos membros do Conselho/funcionários do EEA? As perguntas feitas pelo público serão respondidas pelos funcionários do EEA, desde que sejam específicas/baseadas em fatos? Essas atas serão incluídas no site?

- A. As perguntas enviadas na seção de perguntas e respostas tornam-se públicas na caixa de perguntas e respostas do Zoom somente quando são respondidas pelo EJC ou por qualquer palestrante. No entanto, todas as perguntas enviadas por meio desta seção, respondidas ou não durante a reunião, serão resumidas e respondidas aqui na ata da reunião. As perguntas duplicadas serão transformadas em uma pergunta e constarão nestas atas. Participantes com perguntas específicas ou baseadas em fatos podem ser solicitados a enviá-las por meio do processo de envio que aparece no site do EJC se não forem pertinentes à discussão do EJC ou devido às limitações de tempo. A caixa de envio on-line é verificada regularmente. As atas serão publicadas aqui:

<https://www.mass.gov/event/july-28-2022-meeting-of-the-environmental-justice-council-ejc-2022-07-28t093000-0400-2022-07-28t113000-0400>

Q7. Como os indivíduos ingressam no Conselho de Justiça Ambiental?

- A. Os indivíduos são recomendados ao Gabinete do Governador para serem membros do Conselho de Justiça Ambiental e passam por um processo de aprovação que inclui uma verificação de antecedentes.

Q8. Por que um profissional de uma empresa de gás é permitido em um Conselho de Justiça Ambiental?

- A. Cada membro do Conselho de Justiça Ambiental traz uma perspectiva única devido às suas experiências e históricos diversos. Representantes de empresas de serviços públicos podem fornecer uma perspectiva que pode não ser percebida por outros. Além disso, esta é uma oportunidade de envolvê-las na implementação dos princípios de Justiça Ambiental e colocá-los em prática nas ações delas.

Q9. Uma vez que o EEA de Massachusetts é o ponto inicial da legislação para Mudanças climáticas e o Plano de Ação Climática do Condado de Barnstable concentra-se nas terras e a jurisdição do Plano Marítimo de Massachusetts começa a 0,3 milha (0,4 km) da terra, quem é o responsável pelos problemas climáticos de Justiça Ambiental nas enseadas costeiras (0 a 0,3 milha [0,4 km] da costa)?

- A. O EEA tem uma Força-tarefa de Justiça Ambiental (EJTF) que é composta de representantes de cada uma de nossas agências e departamentos. Tyler Soleau (tyler.soleau@mass.gov), Diretor assistente da Gestão da Zona Costeira (CZM), é membro do EJTF e pode ser um bom contato para solucionar essas dúvidas.

Q10. Quem/qual órgão criou a definição da população de Justiça Ambiental, incluindo a linguagem e as expressões usadas? Qual é o processo para alterar a linguagem para apresentar menos déficits e ser mais inclusiva? Palavras como “falta” e “minorias” são baseadas em déficits e centram-se na população branca.

- A. A definição da população de Justiça Ambiental evoluiu a partir do trabalho do Comitê Consultivo de Justiça Ambiental de Massachusetts, que foi iniciado em 2000, depois foi adotado nas políticas de EJ do EEA de 2002 e 2017, e foi codificado de forma minimamente diferente em *Uma Lei que cria um roteiro de próxima geração para a Política Climática de Massachusetts* aprovada em março de 2021. O Conselho de Justiça Ambiental tem a tarefa de rever a definição de EJ.

Q11. Como as comunidades promovem projetos que se espera que sejam revisados por este Conselho?

- A. A finalidade principal do EJC, conforme declarado no estatuto, é a seguinte: “Haverá um conselho de justiça ambiental para aconselhar e fornecer recomendações ao secretário de energia e questões ambientais sobre políticas e padrões relevantes para atingir os princípios de justiça ambiental... O conselho de justiça ambiental deve realizar uma análise abrangente... para assegurar que esta definição da população atinja os objetivos dos princípios de justiça ambiental.”

Entretanto, perguntas e comentários sobre projetos específicos podem ser enviados ao EJC aqui: <https://www.mass.gov/forms/submit-a-question-or-comment-to-the-environmental-justice-council>

Q12. A carga energética deve ser uma variável na definição do EJC. Temos desigualdades significativas de renda e custo de vida em Massachusetts, portanto, vale a pena explorar este assunto.

- A. Agradecemos as contribuições. A carga energética será discutida à medida que o EJC continuar suas conversas.